

ÁREA MARINHA PROTEGIDA DE INTERESSE COMUNITÁRIO NO ALGARVE

I. DADOS E NÚMEROS

Com base num **estudo científico** encomendado pela Fundação Oceano Azul à Universidade do Algarve foi possível identificar na Costa do Barlavento Algarvio o maior recife rochoso costeiro a baixa profundidade de Portugal, que beneficia de condições oceanográficas particulares e determina valores ecológicos ímpares no contexto da costa portuguesa. Este maciço rochoso que se estende do Farol de Alanzina até à Marina de Albufeira, representa a antiga linha de costa algarvia à data da última época glacial (cerca de 25 mil anos) e tem como características de destaque:

Das 1.294 espécies costeiras identificadas na costa do Algarve, 889 (~70%) foram aqui registadas (703 invertebrados, 111 peixes e 75 algas);

12 espécies novas para a ciência;

45 espécies novas para Portugal;

19 espécies com estatuto de conservação (tais como o mero e o cavalo-marinho);

Novos habitats para o sistema de classificação europeu EUNIS com destaque para os jardins de gorgónias, comunidades de algas castanhas e calcárias e bancos de ofiurídeos;

Habitats com estatuto de proteção pela convenção OSPAR, tais como as pradarias marinhas (*Cymodocea nodosa*) e os bancos de Maerl (*Phymatolithon lusitanicum*);

Condições oceanográficas particulares que favorecem o crescimento e sobrevivência de larvas de peixe, nomeadamente de sardinha, funcionando esta área como maternidade.

Os municípios de Albufeira, de Lagoa e de Silves, têm uma grande parte da sua economia ligada ao mar, nomeadamente, pelo turismo costeiro, pelo turismo marítimo e pela pesca. Este recife é fundamental para todos estes três setores da economia do mar, dado que sem ele não haveria as pescarias que existem, não haveria o mesmo interesse por este território marítimo por parte de empresas marítimo-turísticas, e o turismo costeiro, que vive da proximidade com um mar limpo e saudável, seria menos vibrante. Por estas razões, o recife é, verdadeiramente, fundamental para a

qualificação dos territórios destes municípios e para o bem-estar das comunidades que dele beneficiam, prestando serviços essenciais diretos e indiretos, correspondendo a um dos maiores ativos, em termos de capital natural, da região Algarvia.

A Fundação Oceano Azul encomendou também à Universidade do Algarve um **estudo do levantamento socioeconómico**, que identificou as pressões das atividades humanas desenvolvidas no território marítimo em questão. Deste estudo evidenciam-se como principais conclusões:

Um declínio nos últimos 20 anos da pequena pesca artesanal no Algarve:

N.º desembarques ↓66% (40 000 → 13 000 toneladas) + evidente a partir de 2015;

N.º de embarcações ↓22% (2000→1550);

N.º de pescadores ↓21%;

Rendimento económico ↓33%;

Um grande aumento da intensidade de pesca na área de estudo (desembarques no porto de Albufeira e Armação de Pera) até 2013, seguido de uma quebra significativa entre 2013 e 2017: 1997-2013 = de 110 para 277 ton (↑152%); 2013-2017 = de 277 para 150 ton (↓46) %;

O desembarque anual, em peso, estimado para embarcações <7m é menos de metade das embarcações de 7-9 m, o que sugere uma menor pressão sobre os recursos pela pesca em embarcações <7 m;

O emprego direto gerado pela pesca comercial neste recife é de 607 postos de trabalho;

O setor marítimo turístico (MT) cresceu exponencialmente na última década: 20 → 400 empresas registadas no Algarve, refletindo um aumento colossal, da pressão das empresas marítimo-turísticas nesse território marítimo;

O setor MT gerou mais de 40 M€ em receitas diretas – 1.051 empregos diretos (290 permanentes | 761 sazonais);

A maioria dos visitantes faz 1 saída/estada revelando um perfil de turismo massificado, que contribuí para um maior impacto no ambiente.

Estes dois estudos mostram a enorme importância deste recife para a conservação da natureza e para a valorização territorial, económica e social do Algarve. Desde o final de 2018, e após a demonstração de interesse por um número alargado de entidades e forças vivas da região, foi estabelecido um processo participativo com vista à criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário (AMPIC), que abarque este recife rochoso numa área de cerca de 150 Km², tendo como principal intuito preservar o riquíssimo capital natural azul desta região, bem como não deixar desaparecer a pequena pesca artesanal e assegurar o desenvolvimento económico sustentável das comunidades locais.

II. COROLÁRIO

Os estudos da Universidade do Algarve demonstram o valor único do património natural desta área submersa na costa do Barlavento algarvio e também o valor da economia local, retirado a partir deste território marítimo. Demonstram ainda o **declínio inexorável, da pequena pesca, o aumento da pressão sobre os recursos e a explosão do turismo massificado**. Indicam, assim, que não proteger este património equivale a condenar no espaço de uma década ambos esses valores. Como aliás se verifica pela quebra de 46% dos desembarques entre 2013 e 2017.

Com efeito, analisando os números coletados pela Universidade do Algarve, dos últimos 20 anos, e não esperando a realização de um milagre, urge ter um plano para mudar o *status quo*. **Sem um plano não haverá salvação**, nem para o capital natural do recife, nem para a pequena pesca artesanal da região, nem para nenhuma das demais atividades que dependem da sustentabilidade do recife. A criação desta AMPIC no Recife Rochoso do Barlavento Algarvio, é o melhor plano que até agora foi desenvolvido e conta com quase três anos de trabalhos preparatórios, estudos científicos e jurídicos e reuniões participadas por mais de 50 organizações interessadas da região.

Como sublinhado, **não proteger significa aniquilar a pequena pesca local artesanal** da região na corrente década, dado que está em franco declínio, ano após ano. O desaparecimento dessa pesca terá um impacto negativo direto no turismo costeiro da região. **Significa ainda perder uma oportunidade de criar uma marca valiosa e diferenciadora no território algarvio**, e dar valor a uma crescente indústria do ambiente no setor das marítimo-turísticas e dos usos do mar. Bem como significa não aproveitar uma boa oportunidade para **regular um setor – o das marítimo-turísticas** que, todos reconhecem, está a operar praticamente descontrolado no mar do Barlavento Algarvio.

Não proteger e preservar significa, também e principalmente, que depois de termos estudado e feito o levantamento de tão rico património natural, ainda assim escolhemos continuar a delapidá-lo. É este capital natural que vai ser o **fator distintivo do Algarve do futuro** e o elemento determinante na valorização deste território para os seus habitantes bem como, obviamente, para os que o hão de querer visitar no futuro.

Este facto é particularmente relevante para um território, o **Algarve, que necessita imensamente reinventar a sua imagem e a sua economia, ambas demasiadamente assentes no turismo costeiro massificado**.

Adotar uma área marinha protegida como a do Recife Rochoso do Barlavento Algarvio é passar a mensagem que este território respeita e protege o seu património natural, e respeita e protege as suas próximas gerações de habitantes. Tal mensagem irá ser uma importante imagem para uma **nova marca do Algarve**. É uma oportunidade que não deve ser desperdiçada.

Toda a informação sobre o processo participativo está disponibilizada em:

<https://www.ccmr.ualg.pt/page/area-marinha-prottegida-de-interesse-comunitario-do-algarve>